

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 527.539 - SP (2019/0242552-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
WESLEY SANCHES PINHO - SP331671  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ODAIR OLIVEIRA DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de ODAIR OLIVEIRA DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau, a 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, mais 680 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação e indeferiu a revisão criminal, ambas da defesa.

Neste *writ*, a impetrante requer, em liminar e no mérito, a incidência da atenuante da confissão espontânea e sua compensação com a reincidência.

Liminar indeferida às fls. 235/236.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da impetração, conforme parecer de fls. 242/245.

É o breve relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

Da atenta leitura da sentença condenatória verifica-se que o magistrado *a quo* fez referência à confissão informal da réu, contudo, não foi utilizada tal versão dos

# *Superior Tribunal de Justiça*

fatos para se afirmar a autoria e materialidade. Pelo contrário, em juízo, deduziu nova confissão atrelada à tese de porte de droga para consumo próprio e que a anterior confissão de tráfico havia sido feita apenas para não prejudicar um amigo.

Tratando-se de hipótese de flagrante delito, em que os policiais lograram apreender seis porções próprias para a revenda a varejo de cocaína, dinheiro em notas trocadas correspondente à venda de outras quatro porções, em local conhecido como de comércio de entorpecentes, somado a fuga do paciente, tão logo percebera a aproximação policial, verifica-se que a materialidade do crime e sua autoria restaram amplamente comprovadas, não tendo sido a confissão informal ou mesmo a confissão qualificada deduzida em juízo utilizadas para lastrear a condenação.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL. DOSIMETRIA. TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DE AUTORIA DO CRIME. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.**

**1. Incabível reconhecer a atenuante da confissão espontânea, ainda que parcial ou qualificada, quando o Acusado afirma ser apenas usuário de entorpecentes e não admite que praticou o crime de tráfico de drogas pelo qual foi condenado. Precedentes.**

**2. Agravo regimental desprovido.**

(AgRg no HC 486.413/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 24/05/2019)

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS MAJORADO. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. INOCORRÊNCIA. COMPENSAÇÃO INTEGRAL COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. PEDIDO PREJUDICADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO**

**1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.**

**2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, se a confissão do réu, ainda que parcial, for utilizada para fundamentar a condenação, de rigor a incidência da atenuante de confissão espontânea do paciente, prevista no art. 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal - CP.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*No caso em apreço, a confissão espontânea versou apenas sobre o deslocamento da sacola contendo os entorpecentes para o interior da cela, tendo o paciente afirmado não ter conhecimento do conteúdo da sacola. Ademais, a confissão informal do paciente foi restrita à propriedade da droga e não ao delito de tráfico, o que não enseja a aplicação da referida atenuante, conforme jurisprudência desta Corte. Precedentes.*

*3. Mantido o afastamento da confissão espontânea, fica prejudicado o pedido de sua compensação com a reincidência, mantendo-se incólume a pena imposta pelas instâncias ordinárias.*

*4. Habeas corpus não conhecido (HC 458.200/SP, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, DJe 06/11/2018).*

Ausente, portanto, qualquer constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator